



## Caderno de Provas

**CPJUS 35 – NS**

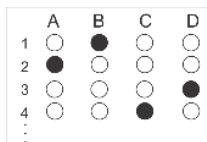
**PSICÓLOGO CRAS E CREAS**

**Editais Nº. 001/2023 –  
Prefeitura Municipal de Junco do Seridó/PB**

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	5 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA SUPERIOR

As questões de 01 a 06 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 01

“Eles não são mais índios...”

*A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras*

Por Maria Luiza Santos Soares,  
jornalista e mestre em comunicação.

“Eles não são mais índios... eles perderam a sua cultura”. Esta frase recorrente no seio da sociedade brasileira faz parte de uma herança, cuja origem remonta à descoberta do Novo Mundo pelos navegadores portugueses e espanhóis. Desde então, a ideia acerca dos povos indígenas vem sendo construída através de um olhar nostálgico, reservando-lhes um lugar que não cabe no espaço contemporâneo. Este estranhamento, no entanto, foi construído historicamente, desde os primeiros relatos dos colonizadores, passando pelos escritos iluministas de Rousseau, Rotherdan e Morus, pela literatura romântica brasileira do século XIX, aos dias de hoje.

Por isso ainda é comum a ironia diante de um indígena utilizando um automóvel do ano, um celular, ou um computador. Esta visão também bebeu na fonte de textos bíblicos, como se os povos ameríndios fossem os verdadeiros habitantes do Éden, mantendo fora da história tudo que estivesse relacionado com eles. Não é por nada que demarcação das terras indígenas atinja setores da elite com o mesmo discurso “muita terra para pouco índio”.

“Que índio é este, vestido com roupas de branco?” É o que dizem muitas pessoas ao encontrarem famílias Kaingang e Guarani vendendo seu artesanato no Brique da Redenção aos domingos em Porto Alegre. De todos os absurdos que podem ser atribuídos a eles, este certamente é o mais cruel. Não são mais índios por quê? Por que perderam sua cultura? Por que não passeiam em trajes típicos neste paraíso tão almejado pelos conquistadores lá nos mil e quinhentos?

E o que significa ser indígena? Ao consideramos que, originariamente, os povos que aqui se desenvolveram estavam intimamente ligados ao meio ambiente, a crueldade aumenta ainda mais. No Rio Grande do Sul, cada etnia vivia em um determinado ecossistema. Enquanto alguns grupos habitavam os campos, Charruas e os Minuanos, os Guarani viviam na Mata Atlântica e os Kaingang, no Planalto Meridional – cada qual dispoendo dos recursos naturais à sua volta. Mais de que um bioma em si, não se tratava apenas de uma questão de sustentabilidade material. Existia uma raiz cultural na relação com o espaço que ocupavam. Eles desconheciam a terra como propriedade privada. Seu valor não era o do mercado. Para os povos originários, a terra tem um caráter místico e cosmológico, por isso nenhum lugar é igual a outro. Pela mesma razão, estão reunidos hoje em Brasília no Acampamento Terra Livre. Querem suas terras ancestrais e o direito de continuarem sendo indígenas, preconizado pela Constituição brasileira – Aliás, direito ainda hoje questionado pelas elites conservadoras e seu governo despótico, interessados no que há acima e abaixo das terras indígenas.

A dita “perda da cultura”, portanto, está ligada à invasão de suas terras. Como realizar todos os rituais das diferentes etnias sem os elementos da natureza que deram origem às suas crenças e costumes? Por isso fica difícil entender por que, no Rio Grande do Sul, estado onde prevalecem culturas estrangeiras preservadas até hoje, não se respeita a cultura originária. Talvez, no fundo, seja mesmo uma profunda dificuldade de uns se colocarem no lugar de outros.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, que “a diversidade deve ser salva”, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores. Ao valorizar somente seu passado, repete-se o mesmo equívoco: o de estacionar nosso imaginário naquele tempo passado, fixado na ideia de preservação de uma cultura, como se ela fosse inexorável. Tudo muda e tudo flui, como bem nos ensinou Heráclito.

Darcy Ribeiro em “O índio e a civilização” (1970) mostrou que a interação dos indígenas com a sociedade brasileira os levou de uma condição de índios-tribais à de índios genéricos. Portanto, não é por nada que o preconceito persiste – há 308 etnias no Brasil atual, sendo que, no Rio Grande do Sul, além dos Guarani e dos Kaingang, ainda estão os remanescentes dos Xoklen e dos Charrua. Segundo ele, o avanço sobre os territórios indígenas era quase impossível frente à discriminação racial e os interesses que estavam em jogo: culturas indígenas diante do desenvolvimento econômico do país.

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da “civilização” sobre suas terras. Foi por ela que os povos indígenas foram usurpados de seu modo de vida tradicional. Foi por ela que tiveram sua população reduzida por várias décadas, e foi por ela que jamais deixaram de lutar. No entanto, o “eles não são mais índios” persiste no imaginário.

Sedimentada numa gama de saberes que se reproduziram na ação daqueles encarregados de reger as normas para a colônia, as populações indígenas enfrentaram desde então as diferentes ações de linhagem imperialista: desde as feitorias, passando pelas missões religiosas, aldeamentos, até a tutela, que só deixou de existir, pelo menos na forma da lei, com a Constituição de 1988.

Em 1680, a coroa Portuguesa concede às missões religiosas, principalmente aos jesuítas, a administração dos indígenas, através do Regimento das Missões, onde estava explícito que transformar os índios em cristãos era o mesmo que torná-los vassallos do Rei de Portugal. Embora não constasse no Regimento, o extermínio de grandes populações indígenas foi enorme, bem como sua escravização. Os aldeamentos iniciaram-se com as missões jesuíticas, através da transferência de etnias inteiras sob o pretexto de novas almas para a Igreja.

Em 1755, o Diretório Pombalino, muitas vezes ainda saudado por promover a liberdade dos índios, deu aos povos indígenas o direito de escolherem a quem serviriam. Pombal na verdade estava preocupado com o avanço do poder dos jesuítas sobre as populações nativas, e pretendia ocupar o território. Assim, as aldeias transformaram-se em vilas. Os indígenas não seriam mais convertidos à religião, mas à civilização, à cultura e ao comércio dos brancos.

O Diretório Pombalino previa a miscigenação, através do casamento de homens brancos com mulheres indígenas, proibindo a língua geral nas escolas indígenas e incentivava o trabalho e o comércio entre eles. Desta forma, inaugurava-se a retórica da civilização, que vai perdurar até início do século XIX. O termo civilizado vem servindo de desculpa para suas mais perversas ações contra os povos indígenas, e acabou virando sinônimo, inclusive para os indígenas, de homem branco.

Os tempos que sucedem o fim da II Guerra Mundial vão refletir nas ciências sociais buscando respostas contra as atrocidades. Novos horizontes iluminaram a Antropologia Social. Neste contexto, trabalhos dos etnólogos ligados ao Serviço de Proteção ao Índio passarão a ser orientados por estes ares, que em termos mundiais, são determinados pela Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho, da ONU, em 1948. Ela vai pregar a autodeterminação dos povos indígenas, ao decretar que as terras ocupadas por eles devem suprir-lhes o sustento de acordo com sua cultura, formando, ainda que de forma embrionária, uma resistência à fúria desenvolvimentista que invadia as terras novas do Brasil.

As práticas do Serviço de Proteção ao Índio, e mais tarde da Funai que viria a substituí-lo em 1967, porém, não acompanhariam oficialmente a emancipação das comunidades indígenas, tutelando-as legalmente, até a Constituição de 88. Além disso, o Estado brasileiro teve muita dificuldade de implementar políticas públicas fundadas na riqueza cultural destes povos, para se contrapor à ideia desenvolvimentista que não acolhe a diversidade. E o mais cruel ainda é perceber que muitas vezes os setores que negam a indianidade de nossos povos originários são os mesmo que querem plantar soja ou minerar em suas terras.

Então, cara pálida, quem não é mais índio?

Adaptado de <https://www.brasildefatores.com.br/2022/04/18/artigo-eles-nao-sao-mais-indios>  
Acesso em: 01 abr. 2023.

**01.** O uso das aspas no título do texto indica:

- A) A presença de uma citação direta que revela o pensamento da autora sobre os povos originários.
- B) A presença de uma citação direta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários
- C) A presença de uma citação indireta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.
- D) A presença de uma ilha textual, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.

**02.** No jargão jornalístico, o olho é uma frase destacada geralmente pelo editor-chefe, que aparece sob o título ou no conjunto da página. É correto afirmar sobre o trecho:

*A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras*

- A) O olho coloca em destaque a ideia central do texto.
- B) O olho coloca em destaque o argumento mais forte do texto.
- C) O olho dá relevância à opinião dos próprios indígenas sobre questões identitárias.
- D) O olho dá relevância às opiniões de terceiros, refletindo o imaginário coletivo sobre o indígena.

**03.** Quanto à **intenção comunicativa**, o Texto 01 visa

- A) apresentar as dificuldades da vida indígena, face ao avanço da civilização sobre as suas terras.
- B) mostrar o protagonismo e os avanços indígenas desde a chegada dos colonizadores.
- C) discutir a demarcação de terra no Brasil com todos os setores econômicos envolvidos
- D) expor diferentes pontos de vista de autores sobre a cultura indígena, isentando a opinião da autora.

**04.** O gênero textual e a sequência textual dominante estão corretamente especificados na alternativa:

- A) Artigo com predominância da sequência expositiva.
- B) Artigo de opinião com predominância da sequência argumentativa.
- C) Crônica com predominância da sequência narrativa.
- D) Crônica com predominância da sequência argumentativa.

**05.** A respeito da oração subordinada destacada no 6º parágrafo do texto

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, **que “a diversidade deve ser salva”**, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores.

- A) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- B) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva apositiva.
- C) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- D) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.

**06.** O trecho “No entanto, o [Ø] ‘eles não são mais índios’” (8º parágrafo) contém a elipse de uma palavra especificada na alternativa:

- A) Avanço.
- B) Indígena.
- C) Imaginário.
- D) Pensamento.

As questões 07 e 08 referem-se à charge abaixo.

TEXTO 02



Disponível em: <http://gilmaronline.blogspot.com/2018/04/charge-indigenas.html>  
Acesso em 01. abr. 2023.

07. O uso do ponto final na primeira frase

- A) encerra uma afirmação não confirmada pela História.
- B) encerra uma declaração sobre o processo de mestiçagem na formação do Brasil.
- C) encerra uma declaração que põe em dúvida o processo de mestiçagem no Brasil.
- D) encerra com uma pausa breve para, em seguida, encadear um esclarecimento com elementos da enumeração.

08. Criada para ilustrar críticas relacionadas às notícias veiculadas em cada edição do jornal, a charge é um gênero textual que exige dos leitores conhecimento de mundo, por estar ligada ao contexto. Além disso, também requer conhecimento linguístico, para que sejam acessadas as informações implícitas.

Quanto à mensagem implícita na charge, é coerente afirmar que

- A) não há marcas de pressuposto na charge.
- B) o uso de pressupostos na segunda frase revela um problema econômico evidente no Brasil.
- C) na segunda frase, o trabalho com subentendido detalha objetivamente os três grupos da população brasileira envolvidos com a causa indígena.
- D) a generalização na primeira frase é desfeita, quando o personagem revela uma parcela da população que sofre violência direta, enquanto as demais não se percebem descendentes indígenas.

As questões 9 e 10 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 03

Quem é Hipólita Jacinta, a primeira mulher a fazer parte do Panteão da Inconfidência em Ouro Preto?

Por Christiano Borges,  
jornalista do G1.

**Hoje**, cerca de 230 anos depois da Inconfidência Mineira, Hipólita Jacinta Teixeira de Melo terá finalmente o reconhecimento merecido e negligenciado por livros, registros e documentos - não despropositadamente - que ignoraram a decisiva participação da destemida fazendeira mineira no movimento que queria libertar Minas Gerais da Coroa Portuguesa.

Segundo aponta a historiadora Heloísa Starling, **naquela época**, "Hipólita foi personagem de grande importância na Conjuração Mineira, ao colaborar para a comunicação entre os inconfidentes, além de financiar algumas das ações do movimento, já ela que detinha grande riqueza, e disponibilizar sua residência, a Fazenda Ponta do Morro, para encontros e reuniões dos mesmos".

Hipólita será a primeira mulher a ter uma lápide no Panteão do Inconfidentes, em Ouro Preto, na Região Central de Minas Gerais. Uma cerimônia de homenagem acontece **neste sábado** (29) no Museu da Inconfidência. O papel desempenhado por Hipólita na Conjuração Mineira, outro nome do movimento, também será debatido.

Adaptado de: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/04/29/quem-e-hipolita-jacinta-a-primeira-mulher-a-fazer-parte-do-panteao-da-inconfidencia-em-ouro-preto.ghtml>  
Acesso em: 29 abr. 2023.

09. Pensando sobre a temática abordada, a opção que contém uma afirmação correta sobre o texto é:

- A) O vocábulo **cerimônia** é um hiperônimo de **museu**.
- B) O uso do vocábulo **ela** (Linha 3 do segundo parágrafo) evidencia um caso de catáfora.
- C) Os substantivos **livros**, **registros** e **documentos** evidenciam o emprego de repetição lexical.
- D) As expressões **Inconfidência Mineira** e **Conjuração Mineira** são exemplos de emprego de sinonímia, já que mantêm equivalência de significado, dentro de um mesmo campo lexical.

10. Os termos destacados em negrito colaboram para o encadeamento das ideias, através de elementos coesivos. Marque a opção de resposta que contém a nomeação correta para o tipo utilizado no texto:

- A) Campo lexical.
- B) Sequenciadores de tempo.
- C) Sequenciadores de espaço.
- D) Ordenadores das informações textuais.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA**

11. Se verde é azul, então, azul é vermelho. Se azul é vermelho, então, cinza é preto. Se cinza é preto, então, branco é azul. Ora azul não é branco, logo,

- A) cinza é preto e azul não é vermelho.
- B) azul é vermelho e verde é azul.
- C) cinza não é preto e verde não é azul.
- D) azul não é vermelho e verde é azul.

12. Considere as premissas a seguir:

- I. Nenhum veículo é veloz.
- II. Algumas motos são velozes.

A partir dessas premissas, conclui-se que

- A) algumas motos são veículos.
- B) todos os veículos são motos.
- C) nenhum veículo é moto.
- D) nenhuma moto é veículo.

13. A sequência abaixo relaciona letras e números, considerando um princípio lógico.

J	U	N	C	O
20	10,5	28	1,5	?

Seguindo o raciocínio dado, a soma dos números associados às letras da palavra JUNCO é igual a

- A) 121,5.
- B) 75.
- C) 126,5.
- D) 90.

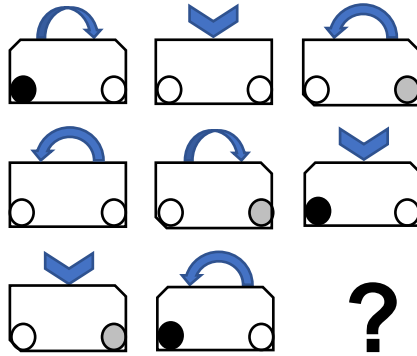
14. Considere as proposições abaixo.

- I.  $(A \wedge B) \wedge \sim(A \vee B)$
- II.  $(A \vee B) \rightarrow (A \wedge B)$
- III.  $\sim A \wedge (A \wedge \sim B)$
- IV.  $A \vee (B \wedge \sim B) \leftrightarrow A$

Nesta ordem, essas proposições são, respectivamente:

- A) contradição, tautologia, contingência, contingência.
- B) contradição, contingência, contradição, tautologia.
- C) contingência, contingência, tautologia, contradição.
- D) contingência, contradição, contradição, tautologia.

15. Observe abaixo a sequência que se organiza em nove figuras.



De acordo com a lógica aplicada na organização das figuras, a interrogação deve ser substituída por:

- A)
- B)
- C)
- D)



**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – PSICÓLOGO CRAS E CREAS**

16. A Psicologia Social emprega métodos científicos e estudos empíricos sobre os fenômenos sociais (Jacques et al, 2013). Partindo dessa perspectiva e considerando o Código de Ética profissional, é dever fundamental dos psicólogos
- A) assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais estejam capacitados pessoal, teórica e tecnicamente.
  - B) estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro, que tenha vínculo com o atendido, relação que possa interferir nos objetivos do serviço prestado.
  - C) informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo todos os detalhes da história do usuário obtidos nos atendimentos.
  - D) realizar diagnósticos, divulgar procedimentos e apresentar resultados de serviços psicológicos em meios de comunicação, expondo pessoas e/ou grupos.
17. Considerando a complexidade do exercício profissional do psicólogo e a construção de documentos decorrentes dessa prática profissional nos mais variados campos de atuação, a Resolução CFP n.º 06/2019 afirma que
- A) as informações e os dados que validam a construção do pensamento psicológico e a finalidade a que se destina não precisam estar contidos na íntegra.
  - B) o documento escrito, resultante da prestação de serviços psicológicos, deve considerar a natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada do fenômeno psicológico.
  - C) os documentos psicológicos devem apresentar descrições literais dos atendimentos realizados, pois estas sempre são necessárias.
  - D) o psicólogo, ao redigir o documento psicológico, deve expressar-se de maneira precisa, em primeira pessoa, e expor o raciocínio psicológico resultante da sua atuação profissional.
18. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), vem atuando como importante equipamento público na proteção social básica da população idosa. O Estatuto do Idoso, no título IV sobre a Política de Atendimento ao Idoso, dispõe que
- A) as entidades de atendimento não estão obrigadas a propiciar assistência religiosa de crença alguma a nenhum usuário, mesmo que ele deseje.
  - B) as entidades que desenvolvem programas de institucionalização de longa permanência devem adotar práticas de atendimentos em grandes grupos.
  - C) apropriar-se de bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa de sua finalidade é crime com pena de reclusão de 5 anos.
  - D) serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão podem ser linhas de ação.
19. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foram traçadas linhas de ação para o atendimento na infância e adolescência, compreendendo a importância de políticas que promovam a proteção social e previnam a violação de direitos, bem como o seu agravo. De acordo com o ECA,
- A) as entidades de abrigo devem ofertar serviço de integração em família substituta como primeiro recurso de cuidado.
  - B) o afastamento do agressor da moradia comum só ocorre após o julgamento do processo de maus-tratos, opressão ou abuso sexual imposto pelos pais ou responsáveis estar finalizado.
  - C) o atendimento psicológico faz parte das medidas protetivas e deve ser acionado sempre que houver violação ou ameaça aos direitos da criança ou do adolescente.
  - D) serviços de identificação e de localização de pais e responsável de crianças e adolescentes desaparecidos são diretrizes da política de atendimento.

20. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) é a lei que estabelece direitos e garantias dessas pessoas. Ele prevê medidas de acessibilidade em diversos setores das políticas públicas e estabelece medidas de proteção e assistência a pessoas com deficiência em situações de vulnerabilidade social. Em consonância com esse documento, as residências inclusivas
- A) são casas localizadas no espaço urbano, constituídas para responder às necessidades de moradia de pessoas portadoras de transtornos mentais graves, institucionalizadas ou não.
  - B) são moradias com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência.
  - C) são localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades de idosos em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade, e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.
  - D) são localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades de jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.
21. As referências técnicas do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) para atuação de psicólogos na rede de proteção às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual asseguram que esses profissionais devem agir de modo a providenciar a eliminação de barreiras e implementar estratégias para garantir a plena comunicação de crianças e adolescentes durante o atendimento. O trabalho da Psicologia nas situações de violência sexual
- A) deverá ser focal, buscando compreender apenas o viés psicológico da situação, a fim de alcançar o enfrentamento da violência.
  - B) deverá ser individual; portanto, não poderão ser incluídos no atendimento às crianças e/ou aos adolescentes, a suas famílias e a outras pessoas que integram seu círculo de convivência.
  - C) dependerá da política pública e do serviço que oferece o atendimento, no qual a psicóloga atua; requerendo posições, metodologias e níveis de verticalização diferentes.
  - D) se preocupará apenas em fortalecer a capacidade protetiva das famílias e prevenir as situações de violência e violação de direitos da criança e do adolescente.
22. A atuação do psicólogo no contexto das Medidas Socioeducativas deve, essencialmente, contribuir para a construção de novas possibilidades de vida aos adolescentes, respeitando suas singularidades e compreendendo as peculiaridades de suas histórias de vida. Tomando por base o documento de referências técnicas do CREPOP para a prática do psicólogo no contexto supracitado, é correto afirmar :
- A) a perspectiva de proteção integral envolve a responsabilização da família pelas medidas socioeducativas, uma vez que o adolescente necessita de adultos de referência.
  - B) encontramos, no sistema de atendimento socioeducativo, a interação de, no mínimo, três outros sistemas: segurança, justiça e assistência social.
  - C) os marcadores de gênero e raça, em articulação com a classe social, marcam a constituição do público da socioeducação: a maioria branca, masculina e pobre de adolescentes que cumprem medida socioeducativa.
  - D) o SINASE prevê instrumentos, tanto em âmbito institucional como em âmbito individual, que permitem constituir modos de ação da proteção integral por meio de uma atuação interdisciplinar e intersetorial.

- 23.** A lei regulamenta o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) determina que a assistência social se organiza por dois tipos de proteção. A proteção social básica é
- A) a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.
  - B) o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
  - C) o conjunto de serviços, programas e projetos que visa a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos, objetivando o enfrentamento das situações de violação de direitos.
  - D) um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território, oportuniza intervenções especializadas e promove o fortalecimento de vínculos familiares.
- 24.** No Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), a compreensão da dimensão coletiva das vulnerabilidades sociais vivenciadas pelas famílias ajudou a construir um sistema em que ações com indivíduos, com famílias, grupos, comunidades e território se complementam e dão maior sustentabilidade à proposta da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Considerando as referências técnicas, organizadas pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), para atuação do psicólogo no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), é preciso compreender as diferenças dos trabalhos de grupos entre as oficinas com famílias no PAIF e os grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). As Oficinas com famílias no PAIF
- A) podem ser encontros previamente organizados, sob a condução de técnicos de nível superior e abordando temas e questões sobre interesses comuns, vulnerabilidades, potencialidades, direitos das famílias, com o foco em trabalhar relações, pensamentos e atitudes.
  - B) possuem uma estratégia consistente de utilização da convivência, mediada por atividades de esporte, lazer, arte e cultura como oportunidade para a escuta, valorização e reconhecimento entre os participantes.
  - C) são ações voltadas apenas para os responsáveis pelas famílias, a fim de permitir a participação de um número maior de participantes e agregar representantes de diferentes grupos do território, segundo um objetivo comum.
  - D) contam com um número máximo de 30 usuários, sob a coordenação de um orientador social, que é, por sua vez, orientado por um técnico de referência da equipe multiprofissional do CRAS.
- 25.** O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é o equipamento da proteção especial, que tem por objetivo acolher, orientar e acompanhar famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, fortalecendo e reconstruindo os vínculos familiares e comunitários. O profissional de psicologia compõe sua equipe multidisciplinar e deve atuar
- A) com base nas diretrizes e objetivos da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) e da Proteção Social Básica.
  - B) de forma qualificada para um atendimento às situações complexas que demandam um trabalho articulado, integrado, democrático e participativo.
  - C) flexibilizando as informações sigilosas e as compartilhando com pessoas que não contribuirão para a qualificação do serviço.
  - D) sem um posicionamento político, de forma imparcial e neutra, objetivando uma posição em relação à concepção de direitos humanos.

26. O psicólogo do SUAS pode ser profissional de referência para a realização de grupos geracionais (divididos por ciclos de vida), planejando, orientando e participando das atividades com os demais profissionais, contemplando as especificidades de cada faixa etária. Segundo o teórico do desenvolvimento humano, Erik Erickson, as pessoas, na terceira idade,
- A) alcançam como virtude da crise normativa a esperança.
  - B) alcançam como virtude da crise normativa a fidelidade.
  - C) vivem a crise da iniciativa versus culpa.
  - D) vivem a crise da integridade do ego versus desespero.
27. Pichon-Rivière (2009) trouxe uma grande contribuição quando credita ao “vínculo” o ponto necessário para se compreender um grupo, ou seja, sem o vínculo trata-se apenas de um agrupamento de pessoas em um determinado espaço e tempo. O trabalho em grupo nas instituições das políticas públicas permite ao psicólogo
- A) conhecer os processos relacionais que ocorrem nos agrupamentos, o que permite generalizar os casos e não se tem um objetivo definido quanto ao desdobramento dessas informações.
  - B) desenvolver saberes e práticas para trabalhar com os vínculos na integralidade de suas características políticas, sociais e culturais, o sentimento de pertencimento, os laços dentro da comunidade, as identidades culturais, e assim por diante.
  - C) reconhecer a vulnerabilização de cada grupo para reduzir a capacidade dos sujeitos (singulares e coletivos), culpabilizando-os e estigmatizando-os por suas situações de vida.
  - D) ver o grupo como agente de mudança e transformação da realidade; ao passo que o grupo se fortalece o indivíduo vai se fragilizando.
28. Por muitos anos a Psicologia Social tradicional se sustentou em pressupostos positivistas e individualistas. A sociedade contemporânea está constantemente reinventando novos modos de produção de conhecimento em função da própria complexidade das questões com as quais nos vemos confrontados. Tais aspectos tornam-se indispensáveis para uma análise crítica da inserção do psicólogo na área da Assistência Social.  
Persistir atuando seguindo os princípios da psicologia tradicional faz com que o psicólogo
- A) desenvolva uma postura crítica e não mais descritiva, buscando intervir não somente na resolução de problemas mas também na maneira em que esses são formulados socialmente.
  - B) entenda que o objeto de estudo está em constante transformação e requer um questionamento permanente não apenas das estratégias de conhecimento mas também dos valores que norteiam as suas intervenções.
  - C) reforce uma prática conservadora e superficial diante da realidade da população atendida pelas políticas públicas de assistência social.
  - D) tenha uma função eminentemente política, que realiza uma ontologia do presente e coloca em questão o que somos, qual é este mundo e este período no qual vivemos.
29. Considerando o código de ética profissional do psicólogo, o qual orienta acerca da relação de trabalho desse profissional com outros não psicólogos, é correto afirmar:
- A) o psicólogo deverá compartilhar todas as informações obtidas nos atendimentos individuais nos detalhes com a equipe de trabalho, a fim de melhorar os resultados das intervenções.
  - B) o trabalho dos psicólogos deve ser soberano se comparado ao de outros profissionais e, quando solicitado, deve colaborar com estes, salvo impedimento por motivo relevante.
  - C) cabe ao psicólogo que integra uma equipe multiprofissional realizar somente atividades que estejam embasadas nos conhecimentos técnicos reconhecidos e fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional.
  - D) caso recebam demandas que extrapolem seu campo de atuação, os psicólogos deverão avaliar minuciosamente e buscar conhecimentos complementares, mesmo que sejam de outras áreas, a fim de realizar o trabalho solicitado.

30. De acordo com Bock et al (2018), a Psicologia dispõe de técnicas e de instrumentos apropriados e cientificamente elaborados, que lhe possibilitam diagnosticar os problemas. Portanto, o profissional de psicologia
- A) compreende e analisa os dados obtidos por meio de testes, entrevistas ou observações a partir da mistura de várias teorias psicológicas, sem um direcionamento específico.
  - B) desenvolve uma intervenção no processo psicológico do homem, que pode capacitá-lo a enfrentar as dificuldades do cotidiano e faz isso a partir de conhecimentos acumulados pelas pesquisas científicas na área da Psicologia.
  - C) desvenda, de forma intuitiva, o que está implícito, encoberto, não aparente e, nesse sentido, a pessoa, grupo ou instituição tem um papel fundamental.
  - D) pode realizar diagnóstico nosológico sobre patologias mentais e prescrever terapia medicamentosa para casos específicos.